

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Leon Denis Ribeiro Julião

**AÇÕES AFIRMATIVAS E INGRESSO DOS ESTUDANTES COTISTAS NO
ÂMBITO DA UFSM, UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL**

Santa Maria, RS

2018

LEON DENIS RIBEIRO JULIÃO

**AÇÕES AFIRMATIVAS E INGRESSO DOS ESTUDANTES COTISTAS, NO
ÂMBITO DA UFSM UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para **obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.**

Orientadora : Prof.^a. Dr.^a. Laura Regina da Silva Câmara
Mauricio da Fonseca

Santa Maria, novembro de 2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA-CENTRO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

A Comissão Examinadora,
abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso- TCC

elaborado por Leon Denis Ribeiro Julião como requisito parcial para obtenção
do grau de **Bacharel Assistente Social, aprovado por**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Laura Regina da Silva Câmara Mauricio da Fonseca
(Presidente\ Orientador)

Prof.^a. Dr.^a. Sátira Pereira Machado

Prof. Dr. Jairo da Luz Oliveira

Santa Maria, novembro de 2018.

EPIGRAFE

“A educação é o nosso passaporte para o futuro, pois, o amanhã pertence às pessoas que se preparam hoje”

(Malcolm X)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Enf^a Maria Neureci Ribeiro Julião, minha mãe o qual sem os ensinamentos que me passou, sobre a importância de sermos fortes e determinados e dar valor a cada oportunidade que nos for apresentada. Também por mostrar através do exemplo o quanto podemos superar os desafios em nossos caminhos, demonstrando que com qualificação e muita luta poderemos conquistar o nosso espaço, e que só assim alcançar nossos sonhos e objetivos. Agradeço as minhas irmãs e a família por me apoiarem no caminho que escolhi para mim.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas e amigos que fizeram parte desta jornada, Newson Oliveira, Bárbara Muller e Andressa Lopes, pessoas valorosas, companheiros nesta viagem que é a vida acadêmica, momentos as vezes difíceis e em outros tantos maravilhosos e cheios de afeto, Grato!!!

Agradeço também a toda a galera da militância, companheiros e companheiras de lutas do movimento estudantil, Executiva Nacional de Serviço Social-ENESSO, Diretório Central dos Estudantes-DCE/Gestão Pelas Nossas Mãos e Diretório Acadêmico do Serviço Social-DASS/Gestão Dass em Movimento, um muito obrigado pelos processos de desconstrução e reconstrução e muito aprendido.

Agradeço a Assistente Social Glauca Tassinari por me apresentar o serviço social e fomentar a escolha por esta profissão. Agradeço também aos professores que possibilitaram momentos de aprendizado e muita reflexão, fomentando a cada etapa vencida o caráter investigativo, inquieto e crítico e por serem determinantes na escolha da profissão.

Agradeço a minha orientadora Prof.^a Laura Fonseca, por aceitar este desafio, pelo compromisso e dedicação que possui com a docência e por me apoiar na escolha da temática.

Finalmente agradeço a 5^a turma de Serviço Social, meus colegas que fizeram parte de mais esta etapa da vida, um muito Obrigado!!

LISTA DE SIGLAS

CPD Centro de Processamento de Dados

CFESS Conselho Federal de Serviço Social

COPERVS Comissão Permanente de Vestibular

DERCA- Departamento de Registro e Controle Acadêmico

CEPE- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

IFES- Instituições Federais de Ensino Superior

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

PROGRAD Pró-Reitoria de Graduação

SATIE- Serviço de Atendimento Integral

UnB - Universidade de Brasília

UneB – Universidade Estadual da Bahia

UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Cotas na Universidade Federal de Santa Maria.....	33
Tabela 2 – Ingresso de cotistas por ano na UFSM.....	34
Tabela 3 – Ingressantes por Cota na UFSM.....	34
Tabela 4 – Ingressantes de cotistas por gênero.....	34
Tabela 5- Evadidos de acordo com o ano de ingresso UFSM.....	37
Tabela 6 – Configuração das Ações Afirmativas/Transição.....	37
Tabela 7- Vagas por cota e ingresso.....	38
Tabela 8- Do Sistema Universal.....	39
Tabela 9- Quantidade de cotistas por gênero.....	40
Tabela 10 – Número de estudante cotista Cota-A (Afro-brasileiros) Curso de Serviço Social.....	53
Tabela 11 – Número de estudante cotista Cota-B (Necessidades Especiais) Curso de Serviço Social.....	54
Tabela 12 – Número de estudante cotista Cota-C (Escola Pública) Curso de Serviço Social.....	55
Tabela 13- Número de estudantes cotistas ingresso Vestibular 2013, nova configuração das Ações Afirmativas, curso de Serviço Social.....	55
Tabela 14- 14 Número de estudantes cotistas ingresso no Sistema Universal , curso de Serviço Social.....	55
Tabela 15- Total de estudantes cotista por cota, curso de Serviço Social.....	55

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	11
2 MÉTODO INVESTIGATIVO	13
3. PLANEJAMENTO DA PESQUISA	16
4. METODOLOGIA	19
5. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-LEGISLATIVA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS.....	22
5. 1 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL.....	25
5. 2 IMPLEMENTAÇÃO DE COTAS SOCIAIS E INÍCIO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSM.....	28
6. ESTUDO DOS DADOS E MATERIAL PESQUISADO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	31
6. 1 A CONFIGURAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS UFSM APÓS 2012 ...	36
6.2 O PREENCHIMENTO DAS VAGAS E RECORTES SOCIAIS.....	38
7. O SERVIÇO SOCIAL MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: FORMAÇÃO E TRABALHO A APROXIMAÇÃO EM MARX	41
7.1MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO: uma análise da profissão	44
7..2 O SERVIÇO SOCIAL E OS PROCESSOS DE TRABALHO	45
7.3 NOVA ORDEM SOCIETÁRIA, DESIGUALDADES RACIAIS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	47
8. O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS NA ARTICULAÇÃO COM AS AÇÕES AFIRMATIVAS	49
8. 1 O SERVIÇO SOCIAL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSM.....	51
9. ANÁLISE PARCIAL DO ESTUDO SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

RESUMO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

AÇÕES AFIRMATIVAS E INGRESSO DOS ESTUDANTES COTISTAS: NO ÂMBITO DA UFSM UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

AUTOR: Leon Denis Ribeiro Julião

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Laura Regina da Silva Câmara Mauricio da
Fonseca

Data e Local da Defesa: Santa Maria, novembro de 2018.

Este trabalho de conclusão de curso analisa a implementação das Ações Afirmativas, sistema de cotas, sua efetividade e execução na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), observando-a como política pública. Baseia-se em pesquisas documentais e de dados, realizadas pelo pesquisador, buscando relacionar com a fundamentação teórica do projeto ético-político profissional dos Assistentes Sociais, perpassando a matriz teórico metodológica, com interlocução com a teoria social de Marx, que imprimi direção ao pensamento e ação do serviço social e assim utilizando também de revisão de literaturas, sobre a temática levantada, e dados secundários foram agregados para melhor desenvolvimento da pesquisa. Os dados primários foram levantados através de relatórios e documentos da PROGRAD em conjunto com o CPD, órgãos da instituição pesquisada. Tem como base os primeiros anos de implementação do programa de cotas na instituição com política própria, fomentada pela autonomia universitária, perpassando pelos processos de implementação, que culminaram na adesão total da Lei 12.711/12. Ademais a pesquisa preocupou-se em trazer à tona o debate sobre o caráter inclusivo das Ações Afirmativas, com ênfase na efetividade do programa em relação ao estudante cotista afro-brasileiro. Os resultados denotam que a pouca evasão dos estudantes cotistas, o que sugere eficiência ao programa. Estes aspectos permitiram apreciar a política de cotas como inclusiva, bem mais que um simples instrumento destinado a facilitar o acesso ao ensino de graduação.

Palavras chave: Ações Afirmativas, Sistema de cotas, Inclusão social, Serviço Social.

ABSTRACT

COMPLETION OF COURSE WORK SOCIAL WORK COURSE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA

AFFIRMATIVE ACTIONS AND ENTRY OF STUDENT STUDENTS: UNDER THE UFSM A STUDY IN THE PERSPECTIVE OF SOCIAL SERVICE

AUTHOR: Leon Denis Ribeiro Julião

ORIENTER: Prof. Dr. Laura Regina da Silva Câmara Mauricio da
Fonseca

Date and Place of Defense: Santa Maria, November 2018.

This course completion work analyzes the implementation of the Affirmative Actions, quota system, its effectiveness and execution at the Federal University of Santa Maria (UFSM), observing it as a public policy. It is based on documentary and data research, carried out by the researcher, seeking to relate to the theoretical foundation of the professional ethical-political project of the Social Assistants, passing through the theoretical methodological matrix, interlocution with Marx's social theory, which gave direction to the thought and social service action and thus also using literature review on the topic raised, and secondary data were aggregated for better research development. The primary data were collected through PROGRAD reports and documents in conjunction with the CPD, the institution's bodies. It is based on the first years of implementation of the program of quotas in the institution with its own policy, fostered by university autonomy, passing through the implementation processes, which culminated in the full adherence to Law 12.711 / 12. In addition the research was concerned to bring up the debate on the inclusive nature of Affirmative Actions, with emphasis on the effectiveness of the program in relation to the Afro-Brazilian student. The results denote that the low dropout rate of the quota students, which suggests efficiency to the program. These aspects made it possible to appreciate the quota policy as inclusive, rather than a simple instrument to facilitate access to undergraduate education.

Keywords: Affirmative Actions, Quota System, Social Inclusion, Social Work.

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de compreender as Ações Afirmativas como política pública e sua efetividade no ingresso de estudante afro-brasileiro no ensino superior, manifestou motivação em realizar um levantamento de dados e um estudo acerca da temática, dentro da perspectiva do Serviço Social, fomentando uma reflexão do programa implantado na Universidade Federal de Santa Maria -UFSM.

A promoção da inclusão social entendida como necessária na construção de uma ordem societária mais justa e igualitária, perpassa o viés do projeto ético-político¹ do Serviço Social e impulsiona a apreciação pela temática.

A partir do contexto histórico da sociedade brasileira, logo se percebe um distanciamento das classes sociais, socialmente discriminadas do acesso ao ensino superior, estando aí inseridos neste grupo social, pobres, negros, pardos e indígenas, ficando por décadas distante da possibilidade de mobilidade social, inserção em diferentes postos de trabalho e acesso a melhores condições de saúde, habitação e cidadania, partindo daí a necessidade de ações que promovam um resgate desta dívida socialmente construída historicamente.

A partir do estudo dialético-crítico a elaboração deste trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo apresentar um breve histórico das Ações Afirmativas, e um estudo parcial do surgimento delas na Universidade Federal de Santa Maria- UFSM.

Desta forma a ideia é acompanhar o desenvolvimento do programa, e o processo anterior a ele desenvolvido de maneira autônoma pela instituição através da sua autonomia universitária, desenvolvendo um Sistema de cotas próprio, até a implementação da Lei Federal nº 12.711/12, Lei de Cotas.

¹O projeto ético- político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria dimensão política de intervenção profissional. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Segundo Netto (1999), os projetos societários aprestam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Constituem-se em projetos macroscópicos, para o conjunto da sociedade. São, portanto, projetos de classe.

Este estudo está dividido em capítulos e logo no início, evidencia-se a importância do método investigativo, para o desenvolvimento da pesquisa, buscando a compreensão da totalidade a partir da argumentação teórica corrente na filosofia materialista, tendo adensamento na historicidade e contradição, e como pano de fundo a teoria social² crítica de Marx.

Sendo o estudo sistematizado em capítulos, constituindo um quadro conceitual de como pensar as Ações Afirmativas, na perspectiva do Serviço Social, a partir da contextualização histórica, pode-se inferir a necessidade eloquente de ações compensatórias, que possibilitem a promoção de igualdade racial.

Na sequência um breve histórico do Serviço Social, enquanto categoria profissional, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, desenvolvendo uma apreensão crítica das relações sociais, e o processo de reconceituação da profissão e a busca por uma mudança societária inclusiva e igualitária.

Posteriormente uma abordagem das Ações Afirmativas, como parte fundante do objeto de estudo, descrita como política pública de inserção social no âmbito das IFES- Instituições Federais de Ensino Superior, o caso da UFSM, trazendo tabelas e dados que denotam a implementação do programa de cotas, na instituição.

Por fim apontamentos da relação do Serviço Social com as Ações Afirmativas, enquanto política pública e, por conseguinte objeto do fazer profissional do Assistente Social, o papel desenvolvido pelo Serviço Social dentro do programa na instituição, fomentando um debate de defesa das ações compensatórias de promoção de igualdade racial.

²Em Marx, a teoria social compreende uma concepção de homem e de mundo, uma explicação geral sobre a sociedade capitalista burguesa, seu sistema, suas leis de funcionamento, suas conexões internas e suas relações. Além disso, encontra-se intimamente ligada a uma filosofia e a um método - o materialismo histórico e dialético.

2 MÉTODO INVESTIGATIVO

Este capítulo apresenta o ciclo investigativo, o planejamento da pesquisa e qual metodologia adotada.

O paradigma que será utilizado na elaboração deste estudo é o dialético-crítico. A argumentação teórica se encontra na corrente filosófica materialista, esta que considera os fatores da prática, como produção de conhecimento.

A partir do método dialético crítico, o entendimento de homem de mundo é construído, na totalidade considerando como base material a realidade o concreto. Partindo do entendimento que o método dialético crítico, aponta como categorias a totalidade, a historicidade e a contradição.

A totalidade, mais do que a reunião de todas as partes, significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, mas em movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem [...] A historicidade dos fenômenos sociais, reconhece a processualidade, o movimento e a transformação do homem, da realidade e dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e portanto só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos (PRATES, 2003, p. 87 - 95).

Conforme Prates, a historicidade é um movimento dinâmico, que acarreta na transformação dos sujeitos e suas transformações sociais.

Tais movimentos tanto o materialismo dialético quanto o materialismo histórico são fundantes para compreensão da realidade, pois o último considera a história sua materialidade enquanto que o materialismo dialético verifica na contradição um aporte para o desenvolvimento da consciência, mesmo que de outra forma não ocorra, a história se desenvolve independente da consciência, cria suas próprias leis a partir da materialidade.

Metodologia e a apreensão da abordagem marxista historicidade e dialética segundo Minayo:

“[...]O caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade de pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas” [...] O marxismo enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais é uma outra teoria sociológica importante. Enquanto o método, propõe a abordagem dialética que teoricamente faria desempate entre o positivismo e o compreensivismo [...] A dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas das ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre a parte e o todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos (MINAYO, 2011, p. 14 - 24).

A importância da metodologia no processo de trabalho científico é que possibilita ao pesquisador chegar ao conhecimento, usando de técnicas e instrumentos que permitam a produção do conhecimento, permeando as concepções teóricas, conceitos e hipóteses e isso articulado com a realidade empírica.

Compreendendo o processo de conhecimento como possibilidade de produzir informações sobre determinado fenômeno é necessário considerar algumas peculiaridades que envolvem. Sendo que conhecimento é uma tentativa de reprodução da realidade, mas nunca a própria realidade e as ideias sobre o conhecimento são sempre parciais e dependentes de uma série de condições e uma delas é o próprio lugar de fala do pesquisador, verifica-se que o conhecimento não está isento de interesses sendo assim sua autonomia é relativa, já que para um mesmo fenômeno pode haver inúmeras implicações e circunstâncias sociais que o condicionam e depende da explicação ou abordagem do pesquisador.

Desta forma o problema antes de constituir-se em objeto de pesquisa, nada mais é do que um problema decorrente da vida prática, pois surge de interesses e circunstâncias sociais, que acabam por condicioná-lo. Tendo em vista que o processo de produção de conhecimento deve ser compreendido no marco dessa série de especificidades próprias da pesquisa científica, este trabalho busca por desenvolver-se tendo como referência teórico-metodológica a dialética marxista.

Assim no presente estudo o trajeto metodológico foi orientado pelos princípios da dialética materialista do real, do concreto, onde não se pode imaginar o real sem o seu permanente movimento de construção do novo, de autoconstrução e de superação, partindo que o novo só pode ser vislumbrado a partir do velho, numa relação de contradição onde um nega o outro e nessa negação ocorre tanto a ruptura quanto a continuidade, a realidade está o tempo todo encontrando o movimento entre tese, antítese e síntese.

Desta forma examinar os dados qualitativos e quantitativos, tendo em foco as Ações Afirmativas, buscou-se a natureza dos programas, sua função suas características, que podem se constituir, como estratégias de políticas sociais embasadas nos princípios de cidadania ou políticas residuais e compensatórias, buscando articular aspectos conjunturais, estruturais, e de natureza política, econômica e social.

Neste trabalho, será revisado o programa de Ações Afirmativas, caracterizado no âmbito do ensino superior de graduação mais específico o caso da UFSM, verificando o acesso, a permanência do estudante cotista nos processos seletivos, tendo como delineamento os dados levantados através dos relatórios da PROGRAD.

Assim, para que as ideias apresentadas fossem desenvolvidas neste trabalho, foi necessário definir os procedimentos metodológicos que vislumbram e viabilizam o estudo do objeto em questão.

3. PLANEJAMENTO DA PESQUISA

Planejamento da pesquisa serve como orientação para o caminho de ação do pesquisador. E assim, planejar a pesquisa garantirá se chegar a uma determinada finalidade, e para alcançar esta é preciso um sistema que culminará em várias etapas de estudo. Conforme Minayo:

[...] pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa está vincula pensamento e ação (MINAYO, 2011, p.16).

Assim sendo, uma pesquisa necessita de planejamento, este que norteia o pesquisador desvelando seus anseios, posicionamentos e o que o motivou. O tema que foi escolhido para ser desenvolvido pelo pesquisador, tende a promover neste o instinto investigativo, proporcionando neste total envolvimento com a temática a ser estudada.

O passo inicial para uma pesquisa é o levantamento daquilo que vai ser o problema de pesquisa, a pergunta questionadora, que irá responder o problema, a necessidade em desvelar um fenômeno específico. Conforme Prates:

[...] elaborar o problema é sintetizar o núcleo duro de uma investigação, através de uma pergunta que será desdobrada em questões norteadoras, que são problematizações auxiliares que compõem a questão central e auxiliam a responde-la [...] o planejamento da pesquisa deve estar permeado e fundamentado de valores. Deve ter direção definida. A própria escolha do tema, do método, das estratégias dependem de valores, interesses, apropriações e priorizações, que, sem dúvida, são históricas, contextualizadas e, em parte, condicionadas por este contexto. Algumas vezes, os temas nos escolhem, mas, se o conteúdo não tem significado para nós, dificilmente nos mobilizam (PRATES, 2003, p. 125).

3.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O estudo desta pesquisa se deve a uma indagação, sendo esta: Como as políticas de ações afirmativas implantadas na UFSM representaram positivamente o ingresso e permanência dos estudantes cotistas?

O objetivo geral deste estudo foi conhecer a implantação das Ações Afirmativas no Ensino Superior na UFSM, de modo a identificar o ingresso e a permanência de estudantes cotistas, no período de 2010 a 2013.

Os objetivos específicos decorrentes foram assim construídos:

- a) Conhecer as ações afirmativas, através do estudo dos dados e relatórios do programa de ações afirmativas na UFSM;
- b) demonstrar o acesso, a permanência e as áreas de formação dos estudantes cotistas UFSM;
- c) Implantação das ações afirmativas e o curso de graduação em Serviço Social da UFSM.

Para que as ideias fossem desenvolvidas neste trabalho, primeiramente foi realizada pesquisa documental (fontes primárias), que incluem os relatórios anuais da PROGRAD, assim como Leis, Decretos, Resoluções e documentos técnicos oficiais da própria instituição, que será identificado e apontado no decorrer deste trabalho. O recorte metodológico efetuado remete-se a intenção de centralizar o estudo no período de 2010 a 2013, este período se refere ao ano de iniciativa ainda que autônoma da instituição de implementação das cotas no ingresso a instituição e se estende até o primeiro ano após a implementação da Lei Federal nº 12.711/12.

Concomitante, foi efetuada pesquisa bibliográfica (fontes secundárias), mais detalhada sobre o tema, que abrange parte da bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, sendo estas de manuais, livros, revistas, pesquisas, monografias e teses. Tendo como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre o tema apontado.

De acordo com Minayo (2011), a definição de “metodologia requer dedicação e cuidado do pesquisador. Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo”.

No transcorrer deste trabalho de pesquisa, foi intenso o empenho para atingir minimamente a apreensão, tanto dos dados coletados quanto dos resultados do estudo, porém não existe a pretensão de encerrar o assunto, como em qualquer trabalho de conclusão de curso, o seu resultado deve ser visto de maneira provisória e aproximada, visto que afirmações aqui levantadas

podem ter superado conclusões anteriores, assim como poderão ser superadas por futuras afirmações.

4. METODOLOGIA

Através de pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo, pretende-se analisar o acesso e a permanência do estudante cotista, ingresso pelo programa das Políticas de Ações Afirmativas no ensino superior, nos processos seletivos de 2010 a 2013. A pesquisa será realizada com auxílio de material bibliográfico, pesquisa documental e de laboratório. Conforme Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser qualificado. [...] O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2011, p.21).

Por meio da análise dos relatórios anuais do programa de Ações Afirmativas de inclusão racial e social, realizados pela PROGRAD.

O delineamento da pesquisa é construir, através do confronto de dados, que explicitem a adesão e permanência nas políticas norteadoras, que proporcionam subsídios aos estudantes cotistas, entre outros promoverem o debate acerca da efetividade da política de ações afirmativas na UFSM.

Desta forma o estudo do conteúdo se realiza, através de alguns procedimentos sistemáticos tais como: acesso a relatórios, exploração dos dados levantados, interpretação e análise de resultados.

Trata-se de uma Pesquisa de natureza social³ com direcionamento nas Políticas de Ações Afirmativas raciais e sociais, no âmbito da graduação na Universidade Federal de Santa Maria. A busca por desvelar o ingresso no ensino superior de graduação, através do programa e sua permanência, pressupõe gerar novo conhecimento, com uma abordagem quantitativa e qualitativa, quanto ao percentual de estudantes cotistas. Através disso desvelar realidades que representem uma totalidade do fenômeno social e

³ Pesquisa Social se faz por aproximação, mas ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos (MINAYO,2011)

político, oriundo das transformações sociais na vida dos estudantes e sociedade civil, efetivadas pela política pública.

Assim deixar um importante legado social, fomentando no campo do conhecimento a relevante importância das Políticas de Ações Afirmativas, para o ingresso na graduação por estudantes contemplados na sua implementação. A pesquisa tem por objetivo levantar dados sobre o programa e sua efetivação na busca do enfrentamento necessário das desigualdades sociais oriundas da Questão Social⁴.

Para que isso seja possível, faz-se necessário um novo conhecimento, com uma abordagem qualificada em relação à temática, apontando dados que representem a totalidade do fenômeno social e político das transformações societárias, que envolve o ingresso no Ensino Superior do estudante oriundo da Política.

Segundo Moraes (2006), ações afirmativas podem ser definidas como políticas ou programas, públicos ou privados, que objetivam conceder algum tipo de benefício às minorias ou grupos sociais que se encontrem em condições desvantajosas em determinado contexto social.

Desta forma, podem-se definir as ações afirmativas como o conjunto de medidas e políticas destinadas a reduzir as desigualdades entre os diversos grupos sociais. Outra ressalva importante é sobre as ações afirmativas é a sua temporariedade, pois apenas deverão durar pelo tempo necessário ao reestabelecimento do equilíbrio entre estes diversos grupos sociais, sob pena de se ferir o princípio da igualdade, princípio fundamental da Constituição Federal de 1988⁵.

Assim, as ações afirmativas compreendem quaisquer medidas, excepcionais e temporárias, adotadas com o objetivo de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrente de motivos raciais, étnicos, religiosos, econômicos, entre outros, garantindo a igualdade de oportunidades.

⁴ Questão Social apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2015).

⁵ O **princípio da igualdade** ou da isonomia tem previsão expressa na Constituição em seu artigo 5º, caput (“todos são iguais perante a lei”) e no mesmo artigo inciso I (“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”) (BRASIL, 1988)

Dentro desta perspectiva, a política de cotas raciais compreende, unicamente, a medida excepcional e temporária que se pretende adotar com o fim de compensar as perdas decorrentes da discriminação racial histórica e garantir a igualdade de oportunidades aos afrodescendentes, fato esse que será abordado no próximo capítulo.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-LEGISLATIVA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

A Constituição Federal de 1988, marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil, estabelece importantes dispositivos que traduzem a busca da igualdade material. Adota como princípio fundamental, consagra, entre os objetivos do Brasil, construir uma sociedade livre, justa e solidária, mediante a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação (artigo 3º, I, III e IV). Assim dispõe seu art. 3º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; (Grifo do autor)

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Assim, compreende-se a necessidade de buscar resgatar questões históricas de desigualdade e exploração, que buscam que integrantes de determinada minoria ou grupo social passem a compor setores sociais onde gozam de pouca ou nenhuma representação (MORAES, 2006).

Portanto é inquestionável a viabilidade constitucional em se adotar ações ou políticas afirmativas no Brasil como medidas destinadas a reduzir as desigualdades entre os diversos grupos componentes de nossa sociedade, com escopo de promover a igualdade substancial e integração social, mesmo porque as ações afirmativas se confundem com o próprio princípio da igualdade em sua aparência material.

Assim, segundo Moraes, (2006) as Políticas Afirmativas constituem uma das principais medidas de que dispõe o Estado para promover a redução das desigualdades sociais e regionais e concretizar a igualdade material, isto é, tratar desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades.

No entanto, o primeiro Projeto de Lei que propôs Ações Afirmativas foi de autoria do então Deputado Federal Abdias Nascimento no ano de 1983. Abdias Nascimento defendeu a necessidade de Ações Afirmativas, cotas e

propôs Ações Compensatórias em seu projeto. Ainda segundo ele as ações seriam um conjunto de instrumentos que poderiam ser utilizados para a promoção da igualdade racial, além de oportunizar novos campos de emprego o que mais tarde resultaria melhor acesso à saúde, educação de qualidade e melhores condições de moradia. No discurso que proferiu durante o anúncio do projeto no Senado Federal, defendeu as Ações Afirmativas como um meio do Estado em conjunto com as universidades, não apenas remediar a discriminação, mas também de possibilitar que se construa uma sociedade inclusiva mais igualitária e justa.

Conforme o censo da educação de 1997, apenas 1,8% dos jovens considerados negros entre 18 e 24 anos, frequentou uma universidade. O baixo índice indicava necessidade que algo deveria ser feito. Ainda na década de 90 se insere no Brasil o debate sobre democratização do acesso ao ensino superior, se intensifica as discussões acerca das políticas de cotas em universidades públicas. Passando a ter visibilidade as Ações Afirmativas a partir dos anos 2000, no país e ter a primeira Universidade a adotar a medida no ano de 2003, como poderemos observar a seguir:

- UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, por meio da Lei Estadual nº 3.524/00. Pioneira na implementação de Ações Afirmativas.
- UnB - Universidade de Brasília, por meio de sua Política Institucional de Cotas, através do Plano de Metas para Integração Social/03. Pioneira na implementação do Sistema de Cotas Raciais.
- UneB – Universidade Estadual da Bahia, por meio de Política Institucional no ano de 2003.
- UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, por meio da Lei nº 2.589/03 que reserva 20% de vagas para negros e a Lei nº 2.605/03 que reserva 10% de vagas para indígenas.

- UFBA – Universidade Federal da Bahia, por meio de Política Institucional no ano de 2004.
- UFPA – Universidade Federal do Pará, por meio de Política Institucional no ano de 2005.

A partir do pioneirismo destas instituições apesar de não serem muitas, outras universidades também foram aderindo a Ações Afirmativas em seus certames e Sistema de Cotas até o advento da promulgação da Lei de Cotas pelo governo federal em 2012.

De acordo com a Justiça Compensatória as desvantagens competitivas atualmente verificadas entre os afrodescendentes são produto das discriminações ocorridas no passado; assim, propõe a adoção de medidas favoráveis aos indivíduos que sofreram essas discriminações com o fim de reequilibrar as relações sociais, isto é, tal teoria tem por escopo a reparação a um dano ocorrido no passado em relação aos membros de determinado grupo, no caso em análise os afrodescendentes, com o fim de reequilibrar as relações sociais (MORAES, 2006).

Após a promulgação da Lei de Cotas, que determinou a meta de 50% das vagas em todos os cursos em IFES – Instituições Federais de Ensino Superior, considerando critérios sociorraciais, os índices de ingresso só aumentou com os anos. O MEC – Ministério da Educação divulgou como meta em 2012, atingir os 50% de reserva de vagas, gradativamente ao longo dos anos tendo como objetivo alcançar este percentual apenas no ano de 2016. Contudo entre 2013 e 2015 a política de Ações Afirmativas e Cotas já chegava ao percentual de 33% no ano de 2013, o índice no ano seguinte já estava em 40%, os números divulgados pelo MEC mostram que os objetivos serão alcançados antes do previsto.

A reserva de vagas para cotistas garantiu o acesso de aproximadamente 150 mil estudantes negros, em instituições de ensino superior em todo o país, somente entre os anos de 2013 a 2015.

5. 1 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

Ações afirmativas são instrumentos de concretização da igualdade material para indivíduos historicamente desfavorecidos, como mencionado anteriormente, que foram asseguradas mediante a lei, a partir da Constituição de 1988.

Políticas de ações afirmativas, étnico raciais de acesso ao Ensino Superior, referem-se ao sistema do acesso por alunos ingressos no ensino superior e sua permanência. No âmbito nacional as IFES- Instituições Federais de Ensino Superior, que aderiram ao programa de cotas e a transformação social ocorrida desde sua efetivação, a nível nacional, regional e local.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, “Ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa dos afro-brasileiros negros; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo”.

Sendo desta forma incisiva trazer o conceito corrente de Políticas Públicas, são elas conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

Ainda segundo Joaquim Benedito Barbosa Gomes as ações afirmativas se definem como.

Políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2005, p. 51).

As ações afirmativas no Brasil partem do conceito de equidade expresso na constituição, que significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos àqueles que não tiveram igualdade de oportunidade devido a discriminação e racismo. Uma ação afirmativa não deve ser vista como um benefício, ou algo injusto. Pelo contrário, a ação afirmativa só se faz necessária quando percebemos um histórico de injustiças e direitos que não foram assegurados. Sendo assim o referido autor segue no que se refere as ações afirmativas dizendo

Ações Afirmativas são como um conjunto de instrumentos político-sociais que visa a concretização do princípio constitucional da igualdade, através de um tratamento diferenciado, justificado e temporário de alguns grupos em razão dos mesmos terem sido historicamente discriminados (GOMES, 2001, p. 454).

O termo ação afirmativa foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, na década de 60 do século XX, para se referir a políticas do governo para combater as diferenças entre brancos e negros.

Antes mesmo da expressão, as ações afirmativas já eram pauta de reivindicação do movimento negro no mundo todo, além de outros grupos discriminados, como árabes, palestinos, kurdos, entre outros oprimidos.

No Brasil, as ações afirmativas integram uma agenda de combate a herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra.

Para compreender a necessidade de uma ação afirmativa, é preciso, antes de tudo, compreender o contexto social vivido por um país, por isso o que gera preconceito por parte de setores da sociedade em muitos casos é analisar uma ação afirmativa sem antes entender o histórico que precedeu a política pública.

Ao debater as cotas para negros nas universidades, por exemplo, é preciso retornar ao Brasil colonial e perceber como o processo de escravidão criou desigualdades sociais que são presentes até hoje, mesmo após mais de um século da abolição da escravidão.

A partir de dados estatísticos que demonstram a diferença entre negros nas universidades comparados com o percentual desta população no total de

brasileiros, o governo comprova a necessidade de criar uma política para compensar séculos de desigualdades.

As denominações “cotas” e “ações afirmativas” possuem sentidos diferentes, apesar de serem usualmente utilizadas como sinônimos no Brasil. A primeira pressupõe a garantia de que pessoas de certo grupo (a depender da etnia, classe social e nível de instrução recebida) terão assegurada uma parcela das vagas em instituições públicas. A segunda preconiza o direito de todos ao ingresso e ao aproveitamento dos estudos em instituições de ensino superior, operando com medidas compensatórias que relativizariam a desvantagem de alunos de escola pública em face do privilégio dos egressos de instituições particulares. Tal ponto de vista institui assim uma posição que excederia a defesa exclusiva da isonomia na busca por uma vaga na universidade pública. Conclui-se portanto que, enquanto a cota (o termo, aliás, é também utilizado de modo pejorativo em condenação à prática) pode ser considerada uma ação afirmativa, ações afirmativas fazem parte de um rol muito maior de atitudes (SIVIERO, 2004, p 27).

Como forma de promover a equidade em uma sociedade historicamente desigual, as cotas também conhecidas como ações afirmativas, são um advento para tentar minimizar uma dívida histórica com as minorias.

A maioria das vagas reservadas para as cotas será distribuída pelo critério racial, ou seja, metade das vagas de qualquer universidade será destinada a ex-alunos de escola pública e deverá ser preenchida por pretos, pardos e indígenas, de acordo com o percentual mínimo da população na unidade federal na qual a universidade se situa.

A Lei das Cotas não está prevista para existir por tempo indeterminado. Ela possui um prazo de dez anos. Após esse tempo, haverá um estudo profundo sobre o programa e seus efeitos na sociedade e na educação do país. A partir desses dados, a lei poderá continuar valendo, ser modificada ou até mesmo anulada (SIVIERO, 2004, p. 27).

Por haver uma ausência de medidas que promovam a equidade, por muito tempo o acesso ao ensino superior público, era quase exclusivo da elite. Com a perspectiva gerada pela criação e implementação das cotas, mais segmentos da sociedade poderão usufruir do mesmo nível de instrução, que outrora lhe foram negados, conseqüentemente a isso uma nova perspectiva de inserção no mercado de trabalho, gerando novas oportunidades profissionais.

Além disso, a maior inclusão social e econômica implica conhecimento maior sobre os direitos e deveres.

O sistema de cotas, também chamado de ação afirmativa, é uma forma de reservar vagas nas universidades públicas brasileiras e em institutos técnicos para determinados grupos sociais (negro, índios) que tenham cursado completamente o Ensino médio em escolas públicas, ou tenham obtido certificado de conclusão do Ensino médio pelo Exame Nacional do Ensino médio (Enem). A Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) estabelece que 50% de vagas das universidades e institutos, em qualquer curso, devem ser reservadas para os alunos da rede pública. Ela deverá ser aplicada gradualmente. As universidades devem adotar, a cada ano, a partir de 2012, 25% das vagas previstas para os cotistas até 2016, ou seja, 12,5% do total de vagas para 2013, 25% para 2014, 37,5% para 2015, até chegar aos 50% em 2016. No entanto, as instituições federais têm liberdade para adotar os 50% antes do prazo (TENCA, 2012, p. 22).

5. 2 IMPLEMENTAÇÃO DE COTAS SOCIAIS E INÍCIO DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSM⁶

O Programa de Ações Afirmativas foi implantado na UFSM a partir da aprovação da Resolução 011/07, em 3 de agosto de 2007. A aprovação da Resolução homologou a decisão de se implementar uma política pública, referendando a autonomia universitária, de implementação das cotas sociais e raciais na Instituição a partir do ingresso nos cursos superiores em 2008. O Programa trata do sistema de cotas para a promoção de inclusão social e democratização de acesso ao ensino superior.

A partir do vestibular de 2012, o Vestibular seriado (Prova Seriado) veio substituir o PEIES definitivamente, com a primeira prova seriada realizada em 2010.

O Programa de Ações Afirmativas aprovado em 2007 definia o prazo de 10 anos para a disponibilidade de vagas a afro-brasileiros, pessoas com necessidades especiais, egressos de Escolas Públicas e indígenas, na proporção de: 15% para afro-brasileiros (Cota A), começando em 2008 com 10% e chegando em 2013 ao percentual referido; 5% para pessoas com

⁶ Fonte: COPERVS, PROGRAD, CPD-UFSM, RELATÓRIOS ANUAIS DO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS RACIAL E SOCIAL 2010, 2011, 2012, 2013.

necessidades especiais (Cota B); 20% para oriundos de escolas públicas (Cota C); suplementação de 10 (dez) vagas para indígenas (Cota D), iniciando com 5 (cinco) vagas em 2008, 8 (oito) em 2009 e 2010, e 10 (dez) a partir de 2011. Para o vestibular 2012 foram disponibilizadas 14 vagas.

Para a implantação do programa e o acompanhamento dos estudantes cotistas, foi criada a Comissão para Implementação e Acompanhamento, a qual se somou à criação do Núcleo de Acessibilidade e à Comissão de Acessibilidade. Em 2011 houve a criação das Comissões Indígena e Afro-brasileira, para coordenar as ações voltadas aos indígenas e aos afro-brasileiros pretos e pardos, no que tange à inclusão, acolhimento e permanência desses cotistas.

Em 2012 iniciaram-se tratativas para a criação da Comissão para egressos de escola pública. Também foi prevista pela Resolução a formação do Observatório AFIRME, cujos objetivos são os de acompanhar, analisar e propor ajustes no programa. O programa foi coordenado pelo Prof. José Luiz de Moura Filho, do Curso de Direito/CCSH, desde 2010 até setembro de 2012. O AFIRME é coordenado desde 27 de Setembro de 2012, pela Dra. Ana Lúcia Aguiar Melo.

Através da necessidade de democratizar o acesso ao Ensino Superior na UFSM, e priorizando um programa de inclusão social a Instituição instaura um programa de Ações Afirmativas.

No que se refere a resolução nº 011/2007, de 03 de agosto de 2007 onde em seu art. 12 do cap. III, Do Acompanhamento, estabelece. Art. 12. "A fim de concretizar os objetivos desta resolução, a UFSM adotará as seguintes ações:

I – implementar um programa acadêmico, no âmbito do AFIRME, observatório de Ações Afirmativas, que está submetido à PROGRAD, destinado a observar o funcionamento das ações afirmativas, avaliar seus resultados, identificar aspectos que prejudiquem sua eficiência e sugerir ajustes e modificações, apresentando ao Conselho Universitário relatórios anuais de avaliação, os quais serão divulgados;

II – designar comissão para implementação e acompanhamento desse plano de metas com a participação de representantes da comunidade acadêmica”.

O acesso por meio de ações afirmativas foi modificado em 2012. Em acordo com a Comissão de Ações Afirmativas, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) conferiu modificações adotadas para o processo seletivo de 2012, com a adoção parcial da Lei 12.711/2012, as quais se configuram no que segue:

- Adoção de 34% das vagas para alunos da escola pública; - divisão das vagas aos cotistas da escola pública pelo critério de renda: 60% para oriundos de escolas públicas (Cota EP); Escola Pública Cota Social (EP1) candidatos com renda *per capita* inferior ou igual a 1,5 salários mínimos); escola pública EP2 (candidatos com renda superior a 1,5 salários mínimos *per capita* e;
- 40% para pretos e pardos (Cota EPA): com divisão de renda em EPA1 e EPA2, nos mesmos critérios referidos acima;

Como se pode observar o caráter Social está à frente do Étnico: Analisando a lei como um todo, constata-se o flagrante caráter social prevalecente, inclusive sobre o aspecto étnico, já que o primeiro recorte, a partir da reserva de 50% das vagas para alunos oriundos de escola pública, é o econômico (renda *per capita*), e que só depois então venha o espectro racial, o que parece coerente, porém injusto, no entendimento do AFIRME.

6. ESTUDO DOS DADOS E MATERIAL PESQUISADO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMTIVAS

No recente processo histórico das Ações Afirmativas na Universidade vale ressaltar ainda os inúmeros desafios decorrentes da implantação da Programa de Ações Afirmativas, a partir da Resolução 011/07, em 3 de agosto de 2007. A homologação da resolução naquele ano possibilitou a instituição, implementar cotas sociais e raciais no ingresso dos cursos de graduação no ano seguinte em 2008.

O programa tratou do sistema de cotas para promoção da inclusão social e possível democratização de acesso ao ensino superior, o mesmo definia um prazo de 10 anos para disponibilidade de vagas a afro-brasileiros, pessoas com necessidades especiais, egressos de escolas públicas e indígenas.

No ano de 2012 com advento da Lei Federal 12.711, de 29/08/12, e posteriormente regulamentada pelo Decreto 7.824 de 11/10/12, traz significativas modificações no programa anteriormente aplicado a instituição por existirem dispositivos que colidiam de certa forma entre uma e outra legislação. A lei federal definiu para as instituições garantir a reserva de vagas de 50% de matrículas por curso e turnos, aos alunos oriundos integralmente do ensino médio público e as demais 50% das vagas para ampla concorrência.

Desta forma a instituição careceu de adaptações a norma interna para que atendesse a exigências da lei federal. Existiu a necessidade de adequação a norma interna da UFSM, o que ainda garantia à autonomia universitária da instituição, desta forma gradativa a instituição foi se adequando, ao que propusera a lei federal, bem como mantendo os percentuais destinados a afrodescendentes assim como outras medidas que atendessem a lei.

Desta forma no processo seletivo de 2012, ocorreu a adoção parcial da lei, configurando a adoção de 34% das vagas para alunos oriundos de escola pública, logo em seguida a divisão das vagas aos cotistas agora por critério de renda, ficando 60% para os oriundos de escolas públicas (EP), escola pública cota social (EP1) candidatos com renda per capita inferior ou igual a 1,5 salários mínimos e (EP2) candidatos com renda per capita superior a 1,5

salários mínimos e 40% ficando para pretos e pardos cotas (EPA) divididas em EPA1 e EPA2, seguindo os mesmos critérios das demais cotas de renda.

Ainda mantida pelo programa inicial da instituição a reserva de 5% para pessoas com necessidades especiais cota (B), e suplementação de 14 vagas para indígenas cota (D), do total de vagas do sistema universal 66%, dando a totalidade de 100% das vagas disponíveis pela instituição.

Perceptivelmente a Lei de Cotas proporcionou com sucesso a perspectiva de inclusão, por ser esta uma lei nacional e ser norteadora de uma política oficial, no entanto o caráter social se sobrepõe ao caráter étnico e a política se torna segregada.

A permanência que é outro quesito fundamental para a inclusão, por a política garantir o acesso, a permanência é que garantirá ao aluno cotista a sua diplomação. Neste viés a UFSM é um destaque entre as demais IFES, por oferecer ao estudante o acesso à moradia estudantil nas CEUs (Casa do Estudante Universitário), além de garantir através da PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis), benefícios BSE, que garante ao estudante refeições gratuitas no RU (Restaurante Universitário), na instituição a permanência está vinculada a questão socioeconômica e a moradia estudantil e os benefícios econômicos minimizam a evasão e as dificuldades e desafios enfrentados pelos estudantes.

Além disso, é disponibilizado para o estudante um Serviço de Atendimento Integral conhecido por SATIE, que oferece plantão psicológico, apoio pedagógico. Um fator positivo para a instituição é que ao confrontar as matrículas de estudantes cotistas com as matrículas de estudantes contemplados com os benefícios ofertados pela instituição, sendo estes tanto moradia quanto outros a adesão é de 75,57%, ou seja, um número positivo de cotistas contemplados com algum benefício.

A UFSM ainda oferece como política de permanência bolsas de estudo e iniciação científica como incentivo a construção de saberes. Com isto o critério da vulnerabilidade social por vezes supera o fato de o estudante pertencer a referida cota étnico racial.

Outro dilema enfrentado pelo estudante cotista é a qualificação dos docentes aptos a receber esta nova demanda dentro de suas salas de aula,

onde por inúmeras vezes estudantes cotistas, sofrem com atitudes preconceituosas por parte de professores e colegas.

Tabela 1- Cotas na Universidade Federal de Santa Maria

TIPO DE INGRESSO	DESCRIÇÃO
COTA A	Candidatos Afro-brasileiros
COTA B	Candidatos com necessidades especiais
COTA C	Candidatos provenientes de escola pública
COTA D	Candidatos indígenas
SISTEMA UNIVERSAL	Demais candidatos que não fizeram opção pelas cotas anteriores

Desde a implementação das ações afirmativas na UFSM, se percebe um aumento a cada ano das matrículas de estudantes cotistas, como pode ser observado na Tabela 2 abaixo, onde ingressaram na instituição 4.885 estudantes cotistas no período de 2008 a 2012, nos primeiros anos das ações afirmativas na instituição até o advento da Lei de Cotas, sendo que 2.806 estudantes ingressaram no primeiro semestre e 2.079 no segundo semestre.

Tabela 2 – Ingresso de cotistas por ano na UFSM

ANO	INGRESSANTES	PORCENTAGEM (%)
2008	499	10,2
2009	930	19,0
2010	962	19,7
2011	1214	24,9
2012	1280	26,2
TOTAL	4.885	100,0

Fonte: CPD-UFSM

O ingresso de estudantes cotistas vem aumentando gradativamente a cada ano na instituição, ficando evidente que a cota D, se destaca em relação as demais cotas pelo caráter social do programa, é evidente que a cota dos

estudantes oriundos de escola pública tem mais procura e conseqüentemente mais concorrência, em muitos casos superando o sistema universal tanto na procura quanto no ponto de corte, ficando à frente da cota A de caráter étnico racial e bastante distante da cota D para a população indígena, a menos procurada e acessada por existir ainda vários desafios a serem superados entre a instituição e a população indígena, o acesso, o deslocamento, a publicação dos editais, a falta de políticas específicas que atendam as demandas dos estudantes indígenas, como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 3 – Ingressantes por Cota na UFSM

ANO DE INGRESSO	COTA				TOTAL
	A	B	C	D	
2008	61	10	428	0	499
2009	276	48	604	2	930
2010	220	44	695	3	962
2011	299	46	869	0	1214
2012	313	36	926	5	1280
Total	1.169	184	3522	10	4885
Total em %	23,9	3,8	72,1	0,2	100

Fonte: CPD-UFSM

É bastante significativo o aumento a cada ano, no número de ingressantes cotistas nos cursos de graduação, eles representam uma considerável porcentagem dos estudantes UFSM, e conforme as matrículas a maioria 52,3% destes ingressantes são do gênero feminino e 47,7% do gênero masculino, conforme a tabela abaixo:

Tabela 4 – Ingressantes de cotistas por gênero

GÊNERO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM (%)
Feminino	2554	52,3
Masculino	2331	47,7
Total	4885	100,0

Fonte: CPD-UFSM

As áreas de conhecimento que foram mais acessadas pelos cotistas as de maior interesse pelos ingressantes na instituição, são as Ciências Sociais Aplicadas seguidas pelas Ciências da Saúde e Ciências Agrárias. Em média de 21,1% dos cotistas procuram pelas Ciências Sócios Aplicadas (Administração, Arquitetura e Urbanismo, Arquivologia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Comunicação Social, Gestão de Turismo, Tecnologia em Processos Gerenciais, Desenho Industrial, Direito e Serviço Social) e 18,5% procuraram as Ciências da Saúde (Enfermagem, Nutrição, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Odontologia, Terapia Ocupacional), e 16,5% procuraram as Ciências Agrárias (Agronomia, Engenharia Florestal, Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Gestão de Cooperativas e Medicina Veterinária).

A instituição conta com um sistema de controle junto ao DERCA, que faz uma análise de alunos ingressantes e evadidos, e para isto considera vários critérios no entanto, percebeu que em média 75,2% dos ingressantes cotista continuam em situação regular, sendo que destes a maioria são ingressantes de escola pública Cota C.

Como a instituição considera vários critérios para de controle para realizar este levantamento é considerado, o abandono, cancelamento, classificado e não matriculado, formado, transferência interna por reopção de curso, transferência interna e transferido, sendo estas consideradas todas situação de evasão, mesmo assim percebesse a permanência do estudante cotista, apesar de haver uma crescente evasão ao longo dos anos na instituição muito em relação a ampliação de vagas que também acompanha este crescimento ao longo dos anos, ou seja maior o número de vagas e ingresso maior as chances de haver evasão.

No entanto percebesse que a instituição também considera o estudante formado como evadido, o que se pode ponderar ser ainda como algo positivo para a eficácia do programa de cotas, pois o estudante formado cumpriu as etapas do acesso, permanência e formação.

Na apreensão dos dados levantados podemos perceber que os estudantes cotistas evadiram mais nos primeiros anos da implementação do programa e que de acordo com os ajustes sofridos a instituição UFSM passou a garantir maior permanência ao estudante, que anteriormente evadia no primeiro semestre de ingresso justamente pela dificuldade na permanência, sendo este superado gradativamente pelo programa de assistência estudantil, como podemos verificar na tabela abaixo.

Tabela 5- Evadidos de acordo com o ano de ingresso UFSM

ANO DE INGRESSO	INGRESSANTES	EVADIDOS	PORCENTAGEM DE EVADIDOS (%)
2008	499	241	48,3
2009	930	342	36,8
2010	962	251	26,1
2011	1214	216	17,8
2012	1280	159	12,5
2013	1428	06	4,41
TOTAL	4885	1210	24,8

Fonte: CPD-UFSM

6. 1 A CONFIGURAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS UFSM APÓS 2012

O programa de ações afirmativas UFSM a partir de 2012 sofreu algumas mudanças, com o advento da Lei de Cotas e a sua adesão pela instituição. Desta forma a instituição modifica o formato do acesso ao estudante cotista, onde agora o fator oriundo de escola pública agregado ao fator renda, passam a ser majoritariamente decisórios para o acesso a instituição.

Os estudantes afro-brasileiros e indígenas foram agrupados em uma única reserva de vagas, denominada pela definição (PPI) Preto, Pardo e Indígena, o que modifica totalmente o que anteriormente era amparado pela Resolução interna, onde o acesso do estudante afro-brasileiro não necessariamente deveria ser oriundo de escola pública ou ter o requisito de

renda apenas teria de passar pela comissão de verificação étnico racial, responsável por analisar a declaração de cotista.

O problema está em que realmente as ações afirmativas UFSM, contribuem para que a distância entre jovens negros e não negros seja minimizada, se a reserva de vagas para estudantes afro-brasileiros deveria ser independente de escola pública ou privada, nem tão pouco fosse baseada no reducionismo econômico, para que proporcione numa sociedade mudanças estruturais os estudantes cotistas precisam ser dissociados do estereótipo da “pobreza”.

A nova configuração do acesso à instituição UFSM, cotas sociais e raciais de acordo com a Lei 12.711/2012, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 6 – Configuração das Ações Afirmativas/Transição

TIPO DE INGRESSO		Vestibular 2012 e 2013
2008 a 2011		
COTA A	Candidatos afro-brasileiros	EP1A; EP2A
COTA B	Candidatos com necessidades especiais	B
COTA C	Candidatos provenientes de escola pública	EP1; EP2
COTA D	Candidatos indígenas	D
SISTEMA UNIVERSAL	Demais candidatos que não fizeram opção pelas cotas anteriores	E

Fonte: resolução 011/2007 e Lei 12.711/2012 ajustada a instituição

No ano seguinte a implementação da Lei de Cotas a UFSM, no ano de 2013 teve um resultado de 1.493 estudantes cotistas ingressos no ensino superior, e para, além disso, a instituição ampliou o ingresso de cotistas para as demais formas de acesso à educação ofertada pela instituição, possibilitando o acesso também aos colégios técnicos, o CITISM e o colégio Politécnico, uma ação inovadora por parte da instituição por introduzir reserva de vagas cotistas ao ensino médio.

6.2 O PREENCHIMENTO DAS VAGAS E RECORTES SOCIAIS

Os resultados numéricos referentes a ingresso dos estudantes cotistas, permanência, desempenho, análise da evasão e possíveis correções acerca dos rumos da política na UFSM. Após a implementação da reserva de vagas de 50%, para cotistas oriundos de escola pública, a instituição ampliou a política aos colégios de ensino médio e técnico abrangendo o acesso a instituição.

O acesso aos estudantes cotistas com recorte étnico-racial foi assegurado também pela política pública, o que possibilitou garantir no mínimo uma ampliação de representantes pretos, pardos e indígenas na população universitária. Este recorte racial compreende a 40% das vagas cotistas na instituição e abrange a todas as formas de ingresso, vestibular presencial (Extinto), SISU, Ensino a Distância (EaD) e vagas remanescentes, como podemos perceber na Tabela abaixo:

Tabela -7 Vagas por cota e ingresso

COTA	VAGAS OFERTADAS	INGRESSANTES	VAGAS PREENCHIDAS (%)
B	148	23	15,54
D	14	7	50
EP1	437	505	115,56
EP2	405	668	164,94
EP1A	355	173	48,73
EP2A	331	117	35,35
UNIVERSAL	2699	2971	110,07
Total	4375	4464	-

Fonte: CPD

No que se observa na tabela 7 a impressão é de que sobram vagas cotistas 1676 vagas ofertadas, 1486 matrículas, no entanto as cotas EP1 e EP2 extrapolam o seu contingente de vagas reservadas 437, com ingresso de 505 na cota EP1 e 405 vagas reservadas, com ingresso 668 na cota EP2, o que denota um diferencial no desempenho dos estudantes em relação aos demais cotistas, cotistas oriundos de escola pública vem a cada ano superando em índice desempenho e abarcando as demais vagas remanescentes das outras cotas.

Em um estudo contundente pode se inferir que a relação de estudantes cotistas anteriormente a implantação do programa federal com recorte de renda a UFSM, ingressava cerca de 89% da reserva de vagas para afro-brasileiros e após a implantação em 2012, no ano seguinte 2013 o ingresso caí abarcando um número de 84,08% isso dá conta de quanto existiram perdas, prejuízos à etnia negra com a incorporação do caráter socioeconômico na política, no período inicial de implementação.

As vagas das cotas que não forem preenchidas migram para as demais cotas e seguem uma forma estabelecida pela COPERVES, estas vagas só migram quando ocorre a falta de candidatos que preencham as vagas, estudantes classificados na referida vaga. As migrações correspondem entre a fragmentação cotista e o sistema universal, conforme segue na seguinte ordem abaixo:

Tabela 8- Do Sistema Universal

Cota B * Sistema Universal
EP1A * EP1 * EP2A * EP2 * Sistema Universal
EP1 * EP1A * EP2A * EP2 * Sistema Universal
EP2A * EP2 * EP1A * EP1 * Sistema Universal
EP2 * EP2A * EP1A * EP1 * Sistema Universal

Migra*

O ingresso do estudante cotista do gênero feminino é maior que o de estudante do gênero masculino o que vem a confirmar a representação feminina na UFSM como maioria no número de estudantes. O universo feminino possui maior densidade como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela – 9 Quantidade de cotistas por gênero

GÊNERO	QUANTIDADE PORCENTAGEM (%)	
FEMININO	821	57,50
MASCULINO	607	42,50
Total	1428	100,0

Fonte: CPD

A política de Ações Afirmativas na UFSM vem contribuindo para que ocorra a cultura da diversidade, dentro da instituição e traçando um novo perfil de estudante, possibilitando a uma mudança paradigmática das relações dentro do campus universitário.

No entanto podemos considerar que a desigualdade no acesso à educação precisa ser revisada constantemente na IFES, em todo o país no que atende a Lei federal para que haja de fato uma inclusão étnico e racial, pois o sistema de cotas específico de algumas instituições alcançava um nível maior de inclusão. Um exemplo de inclusão está na UnB, nacionalmente conhecida por ser uma pioneira em aplicar um sistema de cotas específico da própria instituição, com uma política de cotas amparada por um modelo de inclusão racial irrestrita, que se tornou conhecido por ser amplamente inclusivo.

Após a implementação da Lei Federal nº 12.711/12, verificou-se um aguçamento na exclusão pois foram detectados vários critérios injustos que propiciam a separação e exclusão, no que abrange a reserva de vagas remanescentes para negros e pobres com o critério sócio-econômico as vagas de negros classe média não passam para negros pobres e sim para brancos pobres, pois fica o critério evidente, o mesmo ocorre com os indígenas.

7. O SERVIÇO SOCIAL MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: FORMAÇÃO E TRABALHO A APROXIMAÇÃO EM MARX

A aproximação do Serviço Social brasileiro com a produção marxiana e sua tradição, ocorreu no percurso dos anos de 1960, no marco da renovação profissional, período em que a profissão já havia alcançado expressivo patamar de institucionalização.

Em meados dos anos 60 e início dos anos 70, quando as conjunturas brasileira e latino-americana eram, fortemente, pressionados por uma conexão entre a autocracia burguesa e um governo militar ditatorial, os assistentes sociais impulsionaram um movimento que realizou uma análise crítica da formação e do exercício profissional, no contexto de suas realidades nacionais.

Esse processo não representou um movimento particular e isolado, ao contrário, foi resultado da combinação de determinações da conjuntura social, política e econômica da América Latina, que se convencionou chamar de Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

O Movimento ocorrido no Brasil, de 1965 até meados dos anos 70, foi crucial para instigar a renovação no campo profissional.

Foi a partir desse movimento que se explicitaram e “se confrontaram diferentes tendências para a profissão, quer do ponto de vista de seus fundamentos teórico-metodológicos, quer do ponto de vista de sua intervenção social” (YAZBEK, 2009, p. 145).

Não obstante, esse processo de reflexão e de crítica sobre o Serviço Social apresentou contradições no âmbito da categoria, cujas expressões apontaram diferentes posições no contexto da renovação profissional no Brasil. Netto (2001) aponta os caminhos da renovação empreendida pelo Serviço Social naquele período e afirma que, diante do processo de erosão do Serviço Social tradicional, a reflexão no âmbito profissional desenvolveu-se diferencialmente, cronologicamente e teoricamente, em três direções principais constitutivas: de modernização, de reatualização do conservadorismo e de intenção de ruptura.

A primeira direção, de acordo com o autor, confirmou uma perspectiva modernizadora para a profissão, empenhando-se em adequá-la, como

instrumento de intervenção, inserido no conjunto de técnicas a ser operacionalizado no contexto das estratégias do desenvolvimento capitalista. O auge de sua formulação localiza-se na segunda metade dos anos 60, com base em textos produzidos nos Seminários de Araxá⁷ e de Teresópolis, expressões emblemáticas de suas ideias.

A vertente modernizadora, caracterizada pela incorporação das abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, propunha a melhoria da sociedade pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da pobreza. Já a segunda direção do processo de renovação profissional, identificada por Netto (2001) como reatualização do conservadorismo, foi, segundo o autor, a vertente que se caracterizou como menos aberta às mudanças que se colocaram nesse contexto.

No âmbito do Serviço Social, a vertente da fenomenologia priorizou as concepções de pessoa, de diálogo e de transformação, cuja articulação constituía a metodologia que colocava a profissão na alçada da ajuda social. Essa perspectiva preservou, por considerável tempo, um aspecto emblemático, que procurou sustentar o tradicionalismo no debate profissional.

Nessa época, a conjuntura nacional estava marcada pelo declínio do ciclo autocrático burguês, aliado à existência de um clima de efervescência nas universidades, gerado pela crise da ditadura no país, bem como, pelas precárias condições de trabalho dos assistentes sociais e pela inserção, na base profissional, das camadas médias urbanas, e estes foram os fatores que contribuíram para os questionamentos das primeiras vertentes (modernizadora e reatualizadora do conservadorismo) que animaram o processo de renovação do Serviço Social no Brasil.

A terceira direção desse processo, que Netto convencionou chamar de 'intenção de ruptura', diferentemente das anteriores, obteve, como substrato nuclear, uma crítica sistemática ao Serviço Social tradicional e a construção de uma proposta profissional de base marxista.

⁷ O Seminário de Araxá (MG), ocorreu durante a ditadura militar, trata-se de um seminário de teorização, do Serviço Social constituindo uma importante fonte de pesquisa, assim como Teresópolis foi a cristalização da perspectiva modernizadora, centralizado no estudo da metodologia do Serviço Social frente a realidade brasileira.

Essa direção tomou mais consistência, principalmente, graças à elaboração de quadros docentes e de profissionais cuja formação ocorreu no período entre o golpe do Estado de 1964 e a decretação do AI-5. Suas ideias iniciais foram explicitadas entre os anos de 1972 e 1975, por um grupo de jovens profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais.

Num momento posterior, o conteúdo dessa iniciativa ficou impresso em um documento intitulado Método Belo Horizonte. Os assistentes sociais que participaram desse movimento elaboraram uma crítica ao Serviço Social tradicional e propuseram uma alternativa que visava a romper com os suportes teóricos do legado conservador, a partir das premissas da teoria marxista embora, inicialmente, com uma série de imprecisões, decorrentes da apreensão do “marxismo sem Marx”.

As influências iniciais do marxismo no Serviço Social, abrandadas pela autocracia burguesa e por sua expressão política no regime militar brasileiro, vão adquirir maior visibilidade durante o processo de abertura democrática. Desse modo, foi na década de 1980 que a perspectiva de intenção de ruptura atingiu sua maioridade intelectual.

As bases políticas de sua consolidação repousaram nas lutas pela democratização da sociedade brasileira, com o protagonismo do movimento operário e sindical e com a apropriação, pelo Serviço Social, do legado marxiano, contribuição dada, fundamentalmente, por Iamamoto e Carvalho.

Pode-se afirmar que o primeiro estudo, no âmbito do Serviço Social brasileiro, fundamentado nas contribuições marxianas, foi o de autoria de Marilda Vilela Iamamoto, em parceria com Raul de Carvalho. Trata-se da obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (1982).

A expressiva contribuição dessa obra está na releitura sobre a origem e a institucionalização do Serviço Social no Brasil, sustentada na proposta urbano-industrial impulsionada: pelo Estado brasileiro, a partir do governo de Getúlio Vargas (1930); pela modernização do trabalho leigo católico; e pelo aprofundamento da questão social, advinda das contradições entre capital e trabalho.

Foi, portanto, sob o legado deixado por essa direção que as relações entre o Serviço Social e a tradição marxista se fortaleceram, mantendo-se até os dias atuais. Entre outros feitos, cabe destacar a abertura ao debate crítico sobre a formação e o exercício profissional.

Esse debate expressou-se em nível nacional, por meio de um quadro organizativo de assistentes sociais, coordenado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje ABEPSS, com vistas a instituir um fórum de discussões sobre o projeto profissional, que resultou na efetivação de um novo currículo aprovado em 1979 e referendado em 1982.

Posteriormente, ocorreu a revisão do Código de Ética do Assistente Social (1993) e a construção do projeto ético-político, cujas raízes se encontram na recusa e crítica ao conservadorismo profissional. Esse processo gerou, no circuito profissional, uma cultura de fortalecimento da orientação marxista, enquanto direção hegemônica, embora com o reconhecimento da pluralidade intrínseca a qualquer profissão, através do respeito às diferentes correntes profissionais e a suas expressões teóricas.

Portanto, tal interlocução, embora não seja a única no Serviço Social, vem sendo aprimorada e sistematizada nas diversas produções (livros, artigos, produções acadêmicas, comunicações de congressos, seminários e encontros de pesquisadores), desdobrando-se no âmbito interventivo.

7.1 MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO: uma análise da profissão

Uma análise da profissão após o movimento da virada a nova busca por um serviço social, voltado a questionamentos no interior da categoria, centrado na análise da profissão, onde agora a prática profissional dos assistentes sociais passa a ser vista como uma especialização inserida na divisão sociotécnica do trabalho.

O Serviço Social começa a romper com o que praticava até o momento e passa a apresentar polêmicas, heterogeneidade nas propostas interventivas, busca por uma elaboração teórica mais consistente e, principalmente, apresenta sua laicização.

No Serviço Social brasileiro, ocorre um processo de renovação, que se desenvolve a partir do pós-64 até meados da década de 1980, apresentando três direções e/ou projetos profissionais. Sendo estas, a perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo ou fenomenológica e a intenção de ruptura.

A renovação do Serviço Social é, portanto, fruto de um processo histórico que possibilita o pluralismo no seio do Serviço Social, ao encontrarmos a diversidade no que diz respeito às maneiras de enfrentar a realidade social, de compreender a questão social e o próprio Serviço Social.

Já na década de 1980 que foi marcada como um período de maioridade intelectual do Serviço Social, pois é a partir daí que surge sua consolidação acadêmica, percebe-se uma aproximação e comprometimento com a perspectiva da teoria social crítica de Marx.

O Serviço Social passa a considerar as contradições do seu exercício profissional e se posiciona a serviço dos usuários, o que rompe com a perspectiva anterior de reprodução do controle social. Nesse sentido, compreende as implicações políticas de sua prática profissional, a polarização da luta de classes, e, a partir disso, desenvolve seu posicionamento crítico.

7.2 O SERVIÇO SOCIAL E OS PROCESSOS DE TRABALHO

O Serviço Social agora visto como prática profissional dos assistentes sociais, comprometidos com as transformações societárias e inseridos na divisão sociotécnica do trabalho tem como objeto profissional a Questão Social.

No cotidiano do fazer profissional do assistente social, variadas, são as expressões da questão social, oriundas do conflito capital trabalho existente na sociedade do capital, tais expressões se exemplificam como a violência, a pobreza, o desemprego a falta de acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à habitação. A apreensão dessas situações como resultantes do conflito entre capital e trabalho, denota a especificidade do Serviço Social no espaço socio-ocupacional.

Desta forma o Serviço Social é intimamente afetado pelas mudanças que ocorrem na sociedade atualmente o que altera a divisão sociotécnica do

trabalho, com estas mudanças estruturais e conjunturais os processos de trabalho, nos quais os assistentes sociais estão inseridos sofrem interferência, podemos citar a reestruturação positiva como sendo a principal alteração estrutural, o afastamento gradativo do Estado no trato com a Questão Social, refere-se uma mudança conjuntural. Sendo assim agravante a questão social tanto pela redução de postos de trabalho seja pela diminuição dos dispositivos de proteção social, políticas sociais que deveriam ser gestadas e executadas pelo Estado.

O Assistente Social é classe trabalhadora portanto, se reconhece como parte do processo de trabalho, como trabalhadores assalariados que vendem sua mão de obra a uma instituição ou serviço que possui a necessidade de sua especialização. Neste sentido a profissão tem um Código de Ética, legalmente regulamentado, assim como a Lei nº 8.662/93 de Regulamentação da Profissão.

A análise da profissão como trabalho indica que não se pode pensar o Serviço Social desconectado do contexto do qual está inserido, pois existe a necessidade de perceber as expressões da Questão Social, a presença do Estado e a implementação das políticas sociais, tais como as Ações Afirmativas.

Sabemos que o Serviço Social brasileiro passou por diversas alterações ao longo das últimas décadas. Nesses oitenta anos de profissão no país, os últimos trinta anos registram um importante amadurecimento do posicionamento crítico ao projeto capitalista de sociedade.

O processo de renovação, o código de ética profissional a partir daí, o serviço social brasileiro, inicia um novo estágio profissional. Podemos dizer que os processos e modificações vividos na ditadura militar, marcam o “fim do início” da profissão, que agora se apresenta madura e disposta a construir uma trajetória vinculada à classe trabalhadora.

Esta é uma tarefa ousada e está em constante construção o projeto profissional pós-64, projeto este denominado de Projeto Ético-Político, que precisa ser a todo o momento reafirmado, revisitado e fortalecido, para que algum dia alcancemos as suas proposições.

Ao mesmo tempo, as transformações vividas seguidamente pelo capital, para a manutenção de sua hegemonia, colocam desafios constantes e cada vez mais complexos aos assistentes sociais, que precisam criar estratégias de intervenção que materializem a construção profissional histórica de emancipação da classe trabalhadora.

“Assim o assistente social precisa ter uma apreensão crítica das relações sociais, na perspectiva da totalidade, realizar constantes análises do movimento histórico da sociedade brasileira, compreendendo o significado histórico da profissão e considerando as novas formulações entre o público e o privado para a identificação das demandas sociais” (CFESS, 2011).

7.3 NOVA ORDEM SOCIETÁRIA, DESIGUALDADES RACIAIS E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO ASSISTENTE SOCIAL.

“Os dados são alarmantes, vemos em todas as dimensões da vida social, seja na expectativa de vida, no acesso à educação, na inserção no mundo do trabalho, a população negra aparece como o segmento social mais discriminado”. (Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social, Roseli da Fonseca, 39º Encontro Nacional CFESS – CRESS, Rio de Janeiro, 2010.).

Como propõe o princípio ético-político, a opção por um projeto profissional vinculado a construção de uma nova ordem societária, depende de uma perspectiva crítica do conjunto das relações sociais. A discriminação racial está atrelada a determinantes, de classe, de gênero, de orientação sexual e de geração, portanto profundamente intrínseca na sociedade. A partir da apreensão da totalidade é que buscamos combater o racismo e suas múltiplas expressões na sociedade capitalista, desta forma vislumbrar as Ações Afirmativas como uma política pública e questionar qual a sua real efetividade no enfrentamento do racismo e da promoção da equidade social, estabelecendo o censo da criticidade para atentar até onde está ação do Estado, pode não acabar se configurando como uma política focalizada, característica comum das políticas neoliberais que acentuam ainda mais a ordem do capital, minimizando o caráter inclusivo do programa.

O Serviço Social deve pensar as Ações Afirmativas como mecanismos necessários e estratégicos, para o fortalecimento de direitos, a emprego, habitação, educação, saúde, traçando estratégias que busquem a equidade social através da luta por justiça social e o pagamento de uma dívida histórica com a população afro-brasileira.

Buscando desmistificar a existência da democracia racial, desnaturalizando as relações de discriminação, observadas por indicadores sociais, socioeconômicos.

Um primeiro ponto a ser levado em consideração é que segundo IAMAMOTO (2002) a questão social é o que dá materialidade ao serviço social. Portanto, no entendimento da autora a questão social expressa, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, característico étnico racial e formações regionais. Entretanto a questão racial não só mediatiza a questão social no Brasil, como ela ganha novos contornos, isso porque, é na construção da ideologia racista que se assenta o Brasil.

Neste sentido, reconhecendo-se o programa de Ações Afirmativas e Cotas como sendo uma demanda inerente aos grupos de minorias, socialmente excluídas e que provem das lutas populares e movimentos sociais, reconhecendo a necessidade de busca por autonomia, emancipação e expansão dos direitos dos cidadãos, calcada na defesa intransigente dos Direitos Humanos.

Salienta-se que como o serviço social, é uma profissão que trabalha com a política social, via de regra compondo quadros técnicos para intervenção junto a esta política.

Desse modo, torna-se imprescindível conhecer o tema e como a profissão vem abordando a questão racial, a partir da sua produção de conhecimento.

8. O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS NA ARTICULAÇÃO COM AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Quando tomamos como referência o trabalho do Assistente Social, percebemos ali as possibilidades e limites de efetivação do fazer profissional. O serviço social categoria inserida na lógica do capital e inscrita na divisão social e técnica do trabalho, na condição estabelecida de trabalhador vende sua força de trabalho e submetesse muitas vezes a alienação na medida em que perde o controle sobre a produção de vida material.

O capitalismo em suas características metamórficas se transforma se ajusta e determina as transformações sociais, as organiza, gesta e dita as condições de trabalho. O serviço social vem com características de enfrentamento a lógica do sistema capitalista, reforçando que está ao lado da classe trabalhadora, e que desta forma reafirma seu projeto profissional, e é nela que materializa o seu fazer profissional, por vez não se dissociando de estar nas condições de empregabilidade e precarização impostas pela lógica do capital.

Assim sendo o assistente social deve atentar a está lógica do capitalismo contemporâneo e seus processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e política social.

“...O serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social. Esse rumo de análise recusa visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista. A preocupação é afirmar a óptica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social (IAMAMOTO, 2015, p.27).

Na perspectiva da construção do conhecimento em articulação com a racionalidade, ressalta no fazer profissional do assistente social a necessidade, de atenuar o abismo existente entre a teoria e a práxis, fomentando nestes que se tornem os agentes da operacionalização das políticas públicas, fazendo está interlocução entre Estado provedor da política e a realidade social oriunda, das diversas expressões da questão social, seja ela na conjuntura política, social, cultural e econômica.

“A mercantilização da força de trabalho do assistente social, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e a integral implementação do projeto profissional (IAMAMOTO, 2015, p.416).

As expressões da questão social se originam das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista, que instala uma relação de exploração entre duas classes sociais distintas. As expressões da questão social surgem de muitas formas exigindo do profissional de serviço social, reconhecer e analisar suas faces e para tanto exige compreender várias áreas do conhecimento, para isso uma formação profissional interdisciplinar abrangendo diferentes saberes entre eles a sociologia, ciências sociais, história, antropologia, economia e política.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações [...] estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 2015, p.168).

O serviço social profissão regulamentada pela Lei 8662/93, juntamente com o Código de Ética Profissional e Diretrizes Curriculares se pauta em um projeto ético-político, onde estes aparatos pressupõem base teórica e definem as competências e atribuições, direitos e deveres dos profissionais de serviço social.

Sendo assim estabelece a Lei 8662/93:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas públicas sociais [...] II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, projetos e programas sociais, com participação da sociedade civil. III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população [...] VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; [...] XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (CFESS, 2012, p.44).

8. 1 O SERVIÇO SOCIAL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSM

Durante o processo de análise e levantamento dos dados, inúmeros os desafios para identificar o Serviço Social inserido na efetivação da política de Ações Afirmativas na instituição pois não foi constatado um registro do papel do Assistente Social como um dos gestores da política junto as comissões, grupos de trabalho e discussões sobre a efetividade e implementação do programa.

A PROGRAD juntamente com a COPERVES, DERCA e PRAE responsáveis diretamente pela implementação, acompanhamento, procedimentos de análise, cronogramas, controle, prazos e editais correspondentes ao ingresso, permanência e formação dos estudantes ingressantes na instituição, apenas na PRAE foi constatado a presença do profissional de serviço social.

A PRAE, visando contribuir na construção da política e no programa de Ações Afirmativas, constrói a política de permanência na instituição, é a responsável pela moradia estudantil e dos benefícios socioeconômicos (BSE), é ainda responsável pelo planejamento de bolsas de permanência aos estudantes e assessoramento de demais bolsas desenvolvidas na instituição. Na PRAE o assistente social está presente durante todo o processo de solicitação de benefício socioeconômico, que garante ao estudante a permanência, com moradia estudantil, transporte e alimentação. O serviço social avalia a situação socioeconômica do estudante ingressante, ficando presumida ao estudante cotista a condição de beneficiário dos programas de assistência, por já ter comprovado no ato da matrícula a condição socioeconômica que está atrelada a condição de ter estudado em escola pública.

Durante o processo de levantamento dos dados da pesquisa, constatou-se que não existem registros, nem histórico relacionado no curso de serviço social frente às Ações Afirmativas, tanto não há existência de documentação que atenta ao contingente de estudantes cotistas ingressantes no curso, quanto se percebe a preocupação em discutir a temática, dentro dos espaços de formação.

Sendo a programa de cotas uma importante ação do Estado como promotor da política pública, alvo de trabalho dos Assistentes Sociais, fica ainda muito insuficiente o envolvimento do curso na fomentação da importância desta política ao qual razoável porcentagem de alunos ingressantes no curso de serviço social, é oriunda de escolas públicas cotas EP1 e EP2.

O curso de serviço social por ser um curso criado a partir do Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), programa governamental formulado com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior e incentivo a oferta de cursos noturnos, ou seja possui um caráter inserido nas metas de combate as desigualdade sociais, possibilitando ao estudante trabalhador o acesso ao ensino, precisa atentar ao contingente de estudante cotista e fazer notório mapeamento da eficiência das Ações Afirmativas em acordo com o perfil do seu público alvo.

Além de do caráter inclusivo o curso possui um amplo contingente de estudantes do gênero feminino, sendo um total de 79% deste gênero e 21% do gênero masculino, segundo dados de alunos ingressantes no curso desde a sua abertura, o que fomenta ainda mais a urgência em traçar um perfil deste estudante, quais são os desafios para a permanência e formação.

A seguir, far-se-á uma análise parcial a respeito das ações afirmativas, exemplificando com dados da tabela.

Como se pode observar, através dos dados expostos na tabela abaixo, houve uma evolução significativa desde 2010, até os anos subsequentes.

Ressalta-se a importância destes dados, pois é relevante considerar a educação um dos maiores canais de mobilidade social, já que há estatisticamente existem correlações significativas entre os níveis de educação e o crescimento pessoal.

A educação é um mecanismo significativo de mobilidade social, embora, a realidade empírica, no Brasil, evidencie que a relação entre educação e melhoria das condições de vida é mais complexa, o que exige uma análise atenta de alguns problemas que a impedem de ser efetivamente este vetor de mudança e melhoria, e ainda um número um reduzido número de estudantes no ensino superior. E o número é bem maior, quando o sujeito for pobre e Afro-brasileiro, fato este comprovado por várias estatísticas, mesmo que as políticas afirmativas tenham suprido algumas lacunas neste sentido.

Tabela 10 – Número de estudante cotista **Cota-A (Afro-brasileiros)** Curso de Serviço Social

ANO/SEMESTRE	NÚMERO DE COTISTA
2010/2	4
2011/2	9
2012/2	14
2013/2	12

Fonte: CPD

O próprio termo “cotista” é considerado muitas vezes, como pejorativo, pleno de signos excludentes. No entanto quando se trata de pessoas com necessidades especiais, a dimensão é bem maior. A partir dos dados coletados, o acesso a alunos com necessidades pessoais, manteve-se, somente com uma pequena alteração em 2011 e 2012, o que já se constitui um avanço, se levarmos em conta que a inclusão é algo ainda muito novo dentro da instituição, e precisa de debates e melhorias, no que se refere principalmente a acessibilidade e a aceitação das “diferenças, pois em relação à competência e ao desempenho – é recorrentemente feita por parte dos opositores ao sistema de cotas, um dos elementos, inclusive, gerador de estigma.

Tabela 11 – Número de estudante cotista **Cota-B (Necessidades Especiais)**
Curso de Serviço Social

ANO/SEMESTRE	NÚMERO DE COTISTA
2010/2	2
2011/2	4
2012/2	3
2013/2	2

Fonte: CPD

A questão da educação pública, já é debate há muito tempo, visto que vivemos um desmantelamento da educação pública, fato que reflete no acesso ao ensino superior. No entanto observa-se uma inserção cada vez maior de estudantes oriundos da educação pública, fator que passou a ser determinante ao ingresso após a implementação do programa de Ações Afirmativas em conjunto com a Lei de Cotas, fato este comprovado na tabela abaixo.

Tabela 12 – Número de estudante cotista **Cota-C (Escola Pública)** Curso de Serviço Social

ANO/SEMESTRE	NÚMERO DE COTISTA
2010/2	6
2011/2	14
2012/2	23
2013/2	21

Fonte: CPD

Número de estudante cotista Cota-D (Indígenas), não houve ingresso de estudantes cotista no período no curso de Serviço Social. Este fato é desolador, pois o povo indígena é estigmatizado, e sofre com o distanciamento do ensino superior de suas aldeias e territórios, o que fomentou o debate na dificuldade do povo indígena em acessar a universidade e constitui-se na instituição com a implementação do programa de cotas, uma comissão específica para o ingresso e permanência do estudante indígena aldeado. A procura por cursos ligados à área da saúde ainda é mais recorrente pelos

estudantes desta cota, por necessidades específicas de suas aldeias. No entanto, seria importante para este grupo social formarem profissionais que sejam mediadores de políticas afirmativas.

Como podemos observar na tabela abaixo o ingresso de estudantes após a implementação do programa de cotas em 2012, a nova configuração das cotas na instituição, e o ingresso do estudante cotista no curso de Serviço Social agora com a mudança do caráter étnico-racial para o caráter socioeconômico, fator renda atrelado ao fator escola pública, estes que passaram a ser majoritariamente decisórios para o acesso a instituição.

Tabela – 13 Número de estudantes cotistas ingresso Vestibular 2013, nova configuração das Ações Afirmativas, curso de Serviço Social.

ANO/SEMESTRE	COTA EP1A	COTA EP2A	COTA B	COTA D	COTA EP1	COTA EP2
2013/2	3	4	-	-	5	3

Fonte: CPD

Tabela – 14 Número de estudantes cotistas ingresso no **Sistema Universal**, curso de Serviço Social

ANO/SEMESTRE	AMPLA CONCORRÊNCIA
2010/2	30
2011/2	60
2012/2	90
2013/2	120

Fonte: CPD

Tabela – 15 Total de estudantes cotista por cota, curso de Serviço Social

COTA	ANO/SEMESTRE	NÚMERO DE COTISTA				Total
COTA A	2010/2	4	2	6	-	12
COTA B	2011/2	9	4	14	-	27
COTA C	2012/2	14	3	23	-	40
COTA D	2013/2	12	2	21	-	35

Fonte: CPD

9. ANÁLISE PARCIAL DO ESTUDO SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Neste capítulo pretende-se apontar uma análise parcial da pesquisa e tornar visíveis a eficácia eficiência e efetividade das Ações Afirmativas no âmbito de graduação na UFSM. Observou-se durante o transcorrer do levantamento dos dados a dificuldade de acesso a documentos, arquivos, artigos, relatórios que possibilitem o andamento da pesquisa e consulta devido aos inúmeros entraves institucionais causados pela institucionalização de dados. As Ações Afirmativas estão distribuídas em diferentes Reitorias dentro da instituição, ficando cada uma responsável por parte do programa o que dificulta bastante o acesso e o levantamento conjunto dos dados.

Sendo assim os dados levantados não só demandam o programa de Ações Afirmativas sua aplicabilidade, mas também aponta a demandas impostas e sofridas na instituição e a necessidade de uma constante reestruturação do programa. Por isso é necessário conhecer as Ações Afirmativas em profundidade, ultrapassando o entendimento da mesma, da sua aparência, é preciso compreendê-la, ampliá-la e fortemente aprendê-la nas relações sociais concretas em que se expressa.

O ingresso de estudantes cotistas e o seu desempenho na instituição, bem como sua permanência, evasão foram objetos de estudo e análise, com intuito de provocar a reflexão e possíveis correções, ajustes na perspectiva de inclusão das Ações Afirmativas e programa de cotas.

A partir da implementação da política governamental em 2012, pode-se observar substancial crescimento no acesso ao ensino de graduação na instituição, no caso da UFSM a proposta da Lei federal se estendeu aos colégios pertencentes a instituição de ensino médio e técnico.

A importância do recorte étnico-racial se manteve durante as transformações ocorridas aos longos dos anos no programa, fortalecendo a aplicação de representação de pretos pardos e indígenas no processo.

Observa-se com a nova configuração do acesso a UFSM, que o crescimento no ingresso de estudantes oriundos de escola pública, aumentou consideravelmente o que remete a eficiência do programa em possibilitar ao estudante de escola pública qualificação. Percebe-se uma significativa melhora

no acesso indígena, de pretos e pardos juntamente com o critério de escola pública o acesso de cotistas chegou a 7.550 alunos presenciais desde o primeiro programa de Ações Afirmativas em 2008 até dois anos após a implementação da Lei de Cotas, neste período houve a formatura de 606 estudantes cotistas.

No contraste entre o ingresso e a formação se observa a evasão do estudante cotista que aumenta de acordo com o ingresso, ela vem ocorrendo no decorrer dos anos, principalmente nos primeiros semestres letivo muito em decorrência da ineficácia das políticas de permanência na instituição, visto que o impacto sentido na vida do estudante cotista, enquanto adaptação e inserção no meio acadêmico ocasiona a evasão.

Na etapa já final de análise se pode perceber a insistente busca por saber no âmbito da instituição o índice de desempenho acadêmico dos cotistas, constante busca em saber a relação entre o estudante cotista e o ingresso pelo sistema universal, percebeu-se onde se pode verificar que há sim um maior impacto na vida dos cotistas ao ingressar em um curso superior do que os estudantes do sistema universal, o que não está relacionado ao desempenho acadêmico onde o estudante cotista tem elevado cada vez mais os seus índices no decorrer dos anos desde a implementação do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou desvendar, a partir de sucessivos entendimentos teóricos e empíricos, o caminho traçado pelas Ações Afirmativas, programa de cotas, na Instituição Federal de Ensino Superior, UFSM - Universidade Federal de Santa Maria.

No intuito de desvendar forma elaboradas as questões norteadoras da pesquisa, buscando dar ao pesquisador um objetivo para o levantamento e produção do material utilizado na pesquisa. No que tange a inconsistência teórica na apreensão do debate em relação às Ações Afirmativas, pouco se têm de artigos, livros, documentos, teses dentro do serviço social que discutam a relevante importância do programa de cotas dentro do ensino superior e demais áreas da educação.

No entanto a partir do estudo dialético-crítico e do entendimento de homem de mundo, com base material e na realidade, podemos inferir que a pesquisa motivou o pesquisador a manter o propósito investigativo e o envolvimento com a temática das Ações Afirmativas, procurando obter resposta aos efeitos práticos do programa de cotas na instituição.

A pesquisa sendo de natureza social, fomenta a importância das Ações Afirmativas, propondo uma importante reflexão acerca das medidas implantadas, no programa de cotas, do ingresso, da permanência e formação do estudante cotista, e os enfrentamentos necessários para superar as desigualdades sociais.

Na perspectiva do Serviço Social o estudo alcança ainda que não encerrado o debate da efetivação dos direitos, assim como a produção de conhecimento, com uma abordagem qualificada a temática, apontando questionamentos entre a eficácia da política e programa, contra pondo o caráter focalista comumente observado nas práticas liberais.

A apreensão dos dados não meramente quantitativos e sim o que estes resultam na totalidade do fenômeno social e das transformações societárias, o que envolve o acesso ao ensino superior de sujeitos que por ora tiveram os direitos negligenciados.

Com base nos dados e nas análises se pode perceber o quanto as universidades e organizações representativas ainda precisam reforçar-se no intuito de atender as demandas históricas das classes sociais mais fragilizadas pela negligência, constituindo de um programa de desburocratização das políticas que engessam o desenvolvimento acadêmico.

Os resultados de análises não são definitivos, pois partem de uma perspectiva dialética, desta forma torna-se impossível de se esgotar as análises e de se fazer generalizações. Nesta síntese, uma análise provisória, salienta-se que a pesquisa traz à tona muitos desafios postos as Ações Afirmativas, nas instituições de ensino superior.

Entendeu-se ainda que as diversas formas de desigualdade que atingem os jovens afro-brasileiros colocam para a universidade pública um desafio que ela, apenas com as cotas, não pode enfrentar. A grave situação requer uma Política Pública Educacional, que além de enfrentar os problemas dos níveis de ensino fundamental e médio, resgate a importância do papel da universidade na formação de uma sociedade democrática e igualitária.

Embora estejamos longe de achar condições concretas para que esta Política Pública se estabeleça, e há a tendência é de um crescente processo de privatização e de desqualificação do ensino que se descortina no país. As Políticas de Cotas, ao interferirem no acesso seletivo à universidade, acionam mecanismos de inclusão aos estudantes em vulnerabilidade social e discriminados, sem, no entanto, romper com estruturas que reproduzem as desigualdades. A resposta que estes segmentos e grupos sociais anseiam não é apenas o ingresso, mas a permanência na universidade.

Dessa forma, faz-se necessário uma ampliação da política de assistência aos estudantes cotistas com monitoramento e acompanhamento de suas trajetórias acadêmicas, auxiliando-os com bolsas de estudo, cursos suplementares, moradia e alimentação. Isso seria o mínimo para que o programa de cotas não resulte em meros arrebatamentos políticos de caráter focalista.

Os resultados de análises não são definitivos, pois partem de uma perspectiva dialética, desta forma ficam impossível de se esgotar os estudos e de se fazer generalizações. Nesta síntese, um estudo provisório, salienta-se

que a pesquisa traz à tona muitos desafios postos as Ações Afirmativas, nas instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS

ABEPSS- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Proposta básica para o projeto de formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: 2009. p. 145.

CFESS-CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do Assistente Social. Brasília: Conselho Federal de serviço Social, 1993.

GOMES, J. B. B. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas** 2005, p.4 7 - 8 2.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo, Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LEI Nº 12.711 DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
Acesso em: 29 ago. 2018.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis,RJ: Vozes, 2011. 30ª Ed.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Guilherme Pena de. **Ações Afirmativas no Direito Constitucional Comparado**. In: CAMARGO, Marcelo Novelino (org.). **Direito constitucional: leituras complementares**. JusPodivm, 2006. Capítulo VII, p. 143-159.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PRATES, J.C. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Porto Alegre, PUCRS,2003.

PENA, Sérgio D.J. Retrato molecular do Brasil. **Revista Ciências Hoje**. Edição abril de 2000.

RESOLUÇÃO Nº 011/2007. **Institui, na Universidade Federal de Santa Maria, o Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social e revoga a Resolução n. 009/07**. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/afirme/images/011-07.pdf> . Acesso em 29 ago. 2018.

PRATES,J.C. Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Porto Alegre, PUCRS, 2003.

PRATES,J.C. O planejamento da pesquisa. **Temporalis**, nº 7. Porto Alegre: Abepss, p. 123, jan. 2003.

PRATES, J.C. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. Textos e Contextos n° 2. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL;

Sites pesquisados:

<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,n-de-jovens-negros-na-universidade-quadruplica-mas-91-ainda-estao-fora-imp-,946579> Acesso em: 03 de out. de 2018.

<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos> Acesso em: 03 de out. de 2018.

<https://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/cotas/historia-sistema-cotas-no-brasil.htm> Acesso em: 03 de out. de 2018.

<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/03-marco/em-3-anos-150-mil-negros-ingressaram-em-universidades-por-meio-de-cotas>

Acesso: em 03 de out de 2018.

Fontes e Documentos

Arquivo **Centro de Processamento de Dados-CPD/UFSM, Ações Afirmativas UFSM.**

Arquivo AFIRME Observatório de Ações Afirmativas para ingresso e permanência nas universidades públicas. **Relatório Anual do Programa de**

Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social.
UFSM/PROGRAD,2012,2013,2014.

Informativo/**PRAE**, Santa Maria, 19 de junho de 2010.

Arquivo **PROGRAD/DERCA**-Departamento de Registro e Controle Acadêmico.
Ações Afirmativas, Afro-brasileiros e Indígenas.